



**X COLÓQUIO
INTERNACIONAL**
"Educação e Contemporaneidade"
22 a 24 de Setembro de 2016
São Cristóvão/SE - Brasil



ISSN: 1982-3657

**PLURALIDADE CULTURAL NA EJA: UMA DISCUSSÃO ACERCA DOS PROJETOS
PEDAGÓGICOS VIVENCIADOS NA ESCOLA SOBRE CIDADANIA.**

AUDEMARA RODRIGUES VIEIRA DO NASCIMENTO

THAISE DA PAIXÃO SANTOS

EIXO: 11. EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E PRÁTICAS EDUCATIVAS

~~RESUMO

Este artigo tem como objetivo investigar um projeto pedagógico de uma escola municipal de Barreiras- BA, no campo da EJA. Para tanto, parte-se do seguinte questionamento: Como poderia perpassar as questões relacionadas à cidadania no projeto pedagógico voltado para EJA, compreendendo a pluralidade cultural dos sujeitos?

Inicialmente discorremos sobre os sujeitos da EJA e a pluralidade cultural, em seguida tecemos algumas considerações acerca do conceito de cidadania e, por último, realizamos uma análise do projeto pedagógico intitulado como "Vivenciando valores na escola". Concluímos que o conceito de cidadania é polissêmico e que as práticas pedagógicas denotam um sentido crítico, quando contextualizam a discussão partindo da pluralidade dos sujeitos.

Palavras- chave: Pluralidade cultural. Educação de Jovens e Adultos. Cidadania.

RESUMEN Este artículo tiene como objetivo investigar un proyecto educativo de una escuela municipal Barreiras- BA en el campo de la educación de adultos. Por lo tanto, parte es la siguiente pregunta: ¿Cómo podría impregnar las cuestiones relacionadas con la ciudadanía en el proyecto educativo dirigido a la educación de adultos, incluida la diversidad cultural de los sujetos?

Inicialmente se comentó anteriormente sobre el tema de la educación de adultos y la diversidad cultural, a continuación, tejemos algunas consideraciones sobre el concepto de ciudadanía y, por último, se realizó un análisis del programa de educación titulado "Experimentar los valores en la escuela." Llegamos a la conclusión de que el concepto de ciudadanía es polisémicas prácticas

pedagógicas y muestran un sentido crítico cuando contextualizar la discusión a partir de la pluralidad de sujetos. Palabras clave: Pluralidad cultural. EPJA. Ciudadanía.

~~INTRODUÇÃO

Pensando na necessidade de refletirmos acerca das práticas escolares realizadas nas turmas de EJA, o presente artigo buscou investigar um projeto pedagógico de uma escola do município de Barreiras- BA, com o olhar voltado aos conceitos que são abordados no que concerne á cidadania. Para isso foi necessário buscar mais conhecimento sobre os sujeitos que atuam nessa modalidade de ensino, assim como, pensar como é feito o currículo destinado a esse público culturalmente tão plural, e revisitar alguns conceitos de cidadania.

Diante disso, nos deparamos então com o seguinte questionamento: Como poderia perpassar as questões relacionadas à cidadania no projeto pedagógico voltado para EJA, compreendendo a pluralidade cultural dos sujeitos?

O primeiro tópico desse artigo se inicia com uma breve discussão sobre os sujeitos e atores da EJA e seu reconhecimento como produtor de cultura. No tópico seguinte, abordaremos algumas considerações acerca do significado de cidadania. No terceiro e último tópico, apresentamos os dados coletados do projeto pedagógico intitulado “Vivenciando valores na escola”, procurando analisar sua realidade a partir dos referenciais teóricos aqui trabalhados. Por fim teceremos algumas considerações na tentativa de responder à problemática.

A presente pesquisa teve como base metodológica a pesquisa bibliográfica e documental. De acordo com Fonseca (2002, p.32) a pesquisa bibliográfica “é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites.” o que nos possibilitou enquanto pesquisadoras conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Sendo assim, nesta pesquisa lançaremos mão de referenciais publicados, acerca da referida temática, analisando e discutindo as contribuições científicas.

Já a pesquisa documental constituiu uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema (LUDKE e ANDRÉ, 1986). Nesse caso, a respectiva técnica irá nos possibilitar complementar a pesquisa bibliográfica a respeito da temática em questão, bem como consultar e analisar um projeto pedagógico que é uma prática nas instituições escolares.

A relevância dessa pesquisa perpassa por tentar contribuir para que as questões sobre a cidadania estejam presentes nos projetos pedagógicos na EJA de forma reflexiva. Busca principalmente apresentar possibilidades para pensar a cidadania no que diz respeito ao direito instituído, às práticas de convivência e respeito, bem como à participação e exercício da democracia. 1. Sujeitos da EJA e a sua pluralidade cultural. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma educação

específica e, por isso mesmo, deve ser pensada e oferecida com base na sua especificidade. Muitas vezes, a EJA é confundida simplesmente como uma educação noturna, o que é um equívoco, já que esta se define pelas especificidades do seu público alvo. A EJA também passou por várias mudanças e lutas ao longo do seu processo histórico. Na atualidade percebemos que as orientações para essa modalidade vêm oscilando bastante, pois as posições defendidas vão desde a sua defesa até a indiferença.

Ao nos reportarmos a EJA em um sentido amplo, tendo como referência a pluralidade dos sujeitos, percebe-se que longe de estar servindo à democratização das oportunidades educacionais, ela se constitui como lugar dos que “podem menos e também obtêm menos” Arroyo (2001, p.10). Para o autor os olhares sobre a condição social, política e cultural dos educandos da EJA têm condicionado as diversas concepções de educação que lhes é oferecida, os lugares a eles reservado- marginais, oprimidos, excluídos, empregáveis e miseráveis.

De acordo com Arroyo (2001), a EJA abarca, em linhas gerais, processos formativos de natureza diversa, cuja efetivação se dá a partir da interação de uma variedade de atores, envolvendo, de um lado, o Estado, as organizações da sociedade civil e o setor privado, entre outros, e de outro, uma gama de sujeitos tão diversificada e extensa quanto são os representantes das camadas mais empobrecidas da população (negros, jovens, idosos, trabalhadores, populações rurais, etc.).

Cabe dizer também que o verdadeiro desenvolvimento político, econômico e social do país não se dará sem a inclusão dessas pessoas e sem o reconhecimento dos seus direitos, entre eles uma educação de qualidade e que garanta a sua permanência e continuidade. Esse reconhecimento perpassa também, pela valorização do legado cultural da comunidade ao qual está inserido, para que a proposta pedagógica tenha relação com a vida dos educandos, considerando quem são esses sujeitos, que compõem um público muito diversificado.

Portanto é fundamental que as escolas da EJA procurem conhecer seus educandos, suas expectativas, sua cultura, as características e problemas ao seu redor, suas necessidades de aprendizagem. Como nas palavras de Freire (1980, p.34) “para ser válida toda educação e toda ação educativa devem necessariamente estar precedidas de uma reflexão sobre o homem e de uma análise sobre o seu meio de vida concreto”.

Trabalhar com a EJA requer uma especial sensibilidade, pois nas salas de aula encontramos educandos com diferentes bagagens culturais. Desse modo, a escola também precisa estar preparada para lidar com a pluralidade cultural. Podemos perceber essa relação entre cultura e educação quando Candau e Moreira (2003, p.159-160) discorrem:

Não há educação que não esteja imersa na cultura da humanidade e, particularmente, do momento histórico em que se situa. A reflexão sobre esta temática é co-extensiva ao próprio desenvolvimento do pensamento pedagógico. Não se pode conceber uma experiência pedagógica “desculturalizada” em que a referência cultural não esteja presente. A escola é sem dúvida, uma

instituição cultural. Portanto, as relações entre escola e cultura não podem ser concebidas como entre dois pólos interdependentes, mas sim como universos entrelaçados, como uma teia tecida no cotidiano e com fios e nós profundamente articulados. Trata-se de uma preocupação de dá sentido à expressão “valorizar saberes dos educandos” que tem se tornando superficial e pouco significativa, na medida em que, a escola tem reduzido essa ação ao diagnóstico feito em sala de aula, apenas ouvindo o aluno relatar suas experiências fora da escola. De acordo com Forquin (1993, p. 167) “A escola é também um mundo social, que tem suas características de vida próprias, seus ritos, sua linguagem, seu imaginário, seus modos próprios de regulação e de transgressão, seu regime próprio de produção e de gestão de símbolos”.

O fato é que, o ambiente escolar em sua dimensão institucional e pedagógica, está ligada à dimensão cultural e que comporta complexas redes de interação, apresentando múltiplos significados. Neste sentido, os educandos da EJA não somente são portadores de cultura, mas sim produtores. O educador deve estar atento a isso, pois a cultura marca a visão de mundo destes estudantes e é a base para a construção do conhecimento.

Caso contrário à escola estará determinando, homogeneizando e realizando o que Freire aborda de invasão cultural, ou seja, “Desrespeitando as potencialidades do ser a que condiciona, a invasão cultural é a penetração que fazem os invasores no contexto cultural dos invadidos, impondo a estes sua visão do mundo, enquanto lhes freiam a criatividade, ao inibirem sua expansão” (FREIRE, 1987, p. 149).

Portanto, não podemos contextualizar uma educação para EJA que possibilite o reconhecimento desses sujeitos pluriculturais, sem pensar em uma prática dialógica. A cultura está entendida nesse contexto, como tudo aquilo que é produzido pelo ser humano, não sendo privilégio de certos grupos sociais. Mas para alcançar suas metas, é necessário que a EJA esteja em consonância e se torne intrínseca às especificidades de cada educando. Segundo Di Pierro, (2005, p.11-18):

“A cultura escolar brasileira ainda encontra-se impregnada pela concepção compensatória de educação de jovens e adultos que inspirou o ensino supletivo, visto como instrumento de reposição de estudos não realizados na infância ou adolescência. Ao focalizar a escolaridade não realizada ou interrompida no passado, o paradigma compensatório acabou por enclausurar a escola para jovens e adultos nas rígidas referências curriculares, metodológicas, de tempo e espaço da escola de crianças e adolescentes, interpondo obstáculos à flexibilidade da organização escolar necessária ao atendimento das especificidades desse grupo sociocultural”. Para que seja possível construir uma EJA que produza seus processos pedagógicos, considerando quem são esses sujeitos, implica pensar sobre as possibilidades de transformar a escola que os atendem em uma instituição aberta, flexível, que valorize seus interesses, conhecimentos e expectativas; que favoreça a sua participação; que respeite seus direitos na prática e não somente em programas e conteúdos, que demonstrem interesse por eles enquanto cidadãos e não somente como objetos de aprendizagem.

2. Revisitando o conceito de cidadania.

A palavra cidadania surge a partir do termo oriundo do latim “civitem” e está relacionado ao termo grego “pólis” que significa cidade. Cidadão era considerado o indivíduo que residia na cidade e participava dos seus negócios. Desta compreensão resulta o significado de cidadania apropriado para outros tempos, com ampliações relacionadas a cada povo em momentos históricos diversos.

Os movimentos sociais e as transformações sociais, econômicas e ideológicas no decorrer da história mundial transformaram o conceito ampliando para a introdução da igualdade, participação política, liberdade, direitos e deveres. Dessa forma a Constituição das nações define e garante quem é cidadão e quais são os seus direitos e deveres a partir de decisões políticas.

No Brasil a cidadania está em evidência na legislação. A Constituição de 1988, chamada de constituição cidadã, referenda a cidadania em destaque quando no “art. 1º preconiza como fundamentos: I- A soberania; II- A cidadania; III- A dignidade da pessoa humana; IV- Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V- O pluralismo político”. E no parágrafo único destaca que “Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. Observa-se que, a relação com a participação política não está posta apenas com o voto, mas com toda e qualquer interferência no processo democrático de gestão.

Os fundamentos resultam em conquistas que, a partir dos movimentos sociais, formalizaram a cidadania, representada nos direitos e deveres dos brasileiros. Contudo, a expressão formal do direito no Brasil ainda distancia-se do acesso real ao direito, constituindo-se muitas vezes em uma “cidadania de papel” agravada no processo de globalização. Conforme Santos a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades “[...] O desemprego é algo tornado comum. [...]. o ideal de democracia plena é substituído pela construção de uma democracia de mercado” (SANTOS, 2008, p. 29 e 30). Dessa forma, crê-se que não basta criar leis que determinem direitos é necessário, principalmente de acordo com Bobbio (1999), assegurar que a cidadania é uma luta diária, e que hoje não basta apenas elencar e fundamentar direitos é preciso efetivá-los. Resta, portanto, agir nesta direção.

No campo dos direitos, torna-se necessária a reflexão sobre as distâncias ainda percorridas no acesso aos bens sociais pelos grupos que, na sociedade brasileira não se encontram incluídos, ou afiliados, para a realização plena da cidadania. As sociedades classificam os indivíduos e, dessa classificação advém a percepção das diferenças:

Do ponto de vista da teoria dos sistemas simbólicos, podemos afirmar que qualquer sistema classificatório ou qualquer comunidade, como identidade que se diferencia de outras, cria exclusão: grupos religiosos, étnicos, raciais, familiares, tribais, localidades, nações etc. (ZALUAR, 1997, p.2). Esse processo de inclusão/exclusão causa situações de preconceito e desrespeito, bem como a negação de direitos, apesar das conquistas legais. No Brasil, além da exclusão provocada por características biológicas, está presente a exclusão por questões sociais e econômicas. Assim é

importante, na perspectiva de Silva (2011, p.17) buscar:

[...] a conscientização da pessoa enquanto sujeito de direito, apoiada nos conhecimentos da ação em favor dos direitos humanos, onde se aprenda a respeitar o ser humano em sua totalidade, em sua liberdade e em sua dignidade, evitando problemas culturais de discriminação, de racismo, de preconceitos, de intolerância e de violência social. Conforme Zaluar (1997), mesmo os autores dedicados a pensar a questão social concordam que, associada a essa discussão, é preciso pensar a injustiça na distribuição dos bens e garantias assegurados como direitos da cidadania, inclusive pensando a partir das condições singulares dos grupos específicos nos processos de exclusão. Para discutir a questão da exclusão, Castells (1995) prefere o termo desfiliação, pois considera um processo que envolve sujeitos ativos. Não se pensa no sujeito como apenas o objeto das ações do Estado, mas também como responsável e capaz de ações com vistas ao bem comum. Assim, para além de participação política, ou recepção de ações benevolentes do poder público, ao cidadão deve ser cobrada a responsabilidade pelas ações e atuação na sociedade como um todo, para o bem de todos.

A cidadania torna-se, assim, uma conquista através das ações diárias e deve ser aprimorada com a educação e formação de valores de convivência. Contudo para Freire (2003, p.25) cidadão significa principalmente "indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado" nesse sentido, a cidadania relacionada à educação não apenas no sentido de formação de valores, mas principalmente a formação para a tomada de consciência dos direitos e deveres dos cidadãos. Propõe a politização da educação, no sentido de que busque a formação de sujeitos que leiam o mundo e transformem sua realidade. 3. Uma análise da abordagem relacionada à Pluralidade Cultural e a Cidadania em um projeto pedagógico na EJA.

Neste tópico propomos realizar uma análise do projeto pedagógico realizado em uma Escola da Rede Municipal de Barreiras-BA, intitulado como "Vivenciando valores na escola", que teve em sua fundamentação teórica, autores que discutem a questão da educação em valores e dentro desse arcabouço, trouxeram essa percepção pautada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), Martinelli (1999), Diskin (1998), Sai Baba (1999).

A referida fundamentação baseada nesses referenciais que conduzem a discussão para incutir nos sujeitos valores como um modo de ir de encontro aos comportamentos inadequados principalmente em sala de aula. Sai baba (1999) afirma que "o fim da educação é o caráter" e Martinelli (1999), Diskin (1998) reafirmam que "os valores humanos são de fundamental importância para a formação do caráter do indivíduo". Discorre sobre os valores que a equipe escolar deve construir e disseminar "Democracia, justiça, solidariedade, generosidade, dignidade, cidadania, igualdade de oportunidades, respeito às diferenças são alguns dos valores que almejados pela sociedade".

Disso, parte o seguinte questionamento: Se o ambiente escolar considerar a pluralidade cultural

em seus projetos pedagógicos poderá potencializar entre esses valores a cidadania e o respeito às diferenças?

Para tanto, a cultura escolar deverá reconhecer os sujeitos históricos que compõem as classes de EJA e seus direitos. De acordo com o referido projeto pedagógico “São muitos os professores que fazem uso de metodologias educacionais dando ênfase apenas à questão de conhecimento técnicos, negligenciando o contexto dos Valores Humanos, deixando de lado o trabalho voltado para o seu relacionamento com os colegas”. Mas Arroyo (2011, p.42), afirma que:

Os embates políticos sobre o que se ensina se lê e aprende sobre os valores e contravalores que as escolas reproduzem viraram objeto de tensas disputas em todos os níveis da sociedade; um indicador de que os profissionais da educação básica cresceram em autonomia ameaçando o papel de reprodutores fiéis dos valores e das representações inferiorizantes que pesam sobre eles e sobre os setores populares com os quais trabalham.

Mas por vezes, encontramos educadores com dificuldades ainda em reconhecer as diferenças entre esses sujeitos e buscar meios de elaborar práticas pedagógicas contextualizadas que facilitem o estabelecimento de diálogos entre as experiências vividas, os saberes anteriormente tecidos pelos educandos e os conteúdos escolares para a organização de um currículo adequado a estes grupos sociais.

Segundo Silva e Tavares (2011, p.21) “a formação cidadã, ao privilegiar a interculturalidade, pode propiciar a existência de uma pluralidade cultural fundamentada no respeito aos direitos humanos”. Desse modo as mesmas reconhecem que “a interculturalidade reconhece a pluralidade cultural, a diversidade social e as diferentes realidades e possibilita um processo educativo onde estas questões se inter- relacionam e orientam a prática pedagógica”.

As escolas tem buscado, no contexto atual, propor ações concretas no sentido de promover boas relações dentro da escola e, por conseguinte na sociedade como um todo. Dessa forma, os projetos de intervenção voltados a esse fim tornam-se instrumentos através dos quais as ideias são concretizadas.

O projeto eleito para análise neste estudo foi construído com essa intenção, sendo, portanto coerente esclarecer que as aproximações com os conceitos de pluralidade cultural e cidadania, decorre de nossa reflexão acerca dos objetivos da proposta específica da instituição. Assim, na tentativa de compreender como as questões relacionadas à cidadania estão presentes na discussão de sujeitos tão plurais culturalmente na EJA, tomaremos como referencia a prática pedagógica analisada a partir do documento construído pelo coletivo escolar.

A ação proposta traz como temática o desenvolvimento de valores através da intervenção pedagógica. Tem no título o referido projeto o indicativo da ação vivenciada nos processos escolares como referência para a prática cotidiana dos valores necessários aos relacionamentos

sociais. Já aqui identificamos como objetivo da ação, estimular a interação, a partir da construção de relacionamentos pacíficos baseados nos valores sociais e religiosos como princípios para o exercício da cidadania. Tal compreensão condiz com o entendimento trazido por Silva (2011, p.15) de que “Um trabalho de formação imbricado na cidadania deve priorizar as mudanças de valores, de atitudes, de posições, de comportamentos e de crenças em favor da prática da tolerância, da paz, e do respeito ao ser humano”.

O coletivo escolar define como conteúdo a ser desenvolvido pela proposta de ação, conjuntos de valores que se comunicam sendo, a partir deles, conduzido o trabalho pedagógico. Destacam-se valores inseridos nos ideais de direitos humanos, dos princípios de cidadania e no bojo de relações sociais e religiosas. A intencionalidade apresentada na justificativa dirige-se à construção de um ambiente de cordialidade e respeito às normas de convivência e, principalmente, às esperadas mudanças de comportamento.

O eixo “Fé/perdão/violência” sugere discussões acerca dos aspectos relacionais, no sentido de busca na religiosidade, ou nas expectativas positivas e motivacionais o sentido para desenvolver ações coletivas, comportamentais direcionadas à paz e, dessa forma, ao exercício da cidadania. Ou seja, a realização de práticas intrínsecas aos deveres do que se entende como ser cidadão.

Os comportamentos agressivos, as relações conflituosas e incompatibilidade entre a conduta dos estudantes e os valores socialmente aceitos tornam-se o pressuposto principal para discutir a cidadania. Observamos, nos grupos de valores propostos para o trabalho pedagógico, o eixo “Cidadania/dignidade/obediência” como base importante para discutir a questão sob outra perspectiva, aquela em que os problemas vivenciados pelos sujeitos são também reflexos das condições impostas pelas relações sociais e econômicas presentes na sociedade contemporânea.

Nesse sentido, ampliando a compreensão do conceito, para além de regras de convivência, Freire (1993) afirma que “cidadania é uma forma de visão de mundo”, assim, ensinar, equivale também formar pessoas para ver o mundo de uma determinada forma. E não se forma cidadãos sem uma prática educativa voltada para a reflexão que leve o educando a questionamentos, pois, a partir da curiosidade, se busca respostas para melhor entender o mundo em que vive e, portanto, os problemas sociais que afligem a sociedade. Assim sendo, educa-se para uma leitura crítica de mundo e consequentemente para o exercício da cidadania, compreendendo que:

A profundidade da significação de ser cidadão passa pela participação popular, pela “voz”. [...] Não é abrir a boca e falar, recitar. A voz é um direito de perguntar, critica, de sugerir. [...] Ter voz é ser presença crítica na história. Ter voz é estar presente, não ser presente. O envolvimento com as discussões presentes na sociedade, a reflexão sobre o eixo “Direitos/deveres/igualdade, traduz outra possibilidade de discussão presente na proposição didática. Trata-se da compreensão de que “A ideia da cidadania é uma ideia eminentemente política que não está necessariamente ligada a valores universais, mas a decisões políticas” (SOARES, 2004, p.4). Está, portanto, relacionado aos

direitos e deveres dos cidadãos determinados pelo Estado, mas, principalmente, a discussão sobre a construção dos direitos e deveres dos indivíduos.

Nesse sentido também poderia ser revisitada a ideia do contrato social presente na organização do Estado, em que os indivíduos delegam o poder aos representantes da população, quando o sistema é democrático como é o caso do nosso país, e são, portanto, obrigados a obedecer. Mas que, por outro lado, nesse mesmo sistema há a possibilidade da participação na construção dos direitos e na reivindicação de seu cumprimento como dever do estado, através dos movimentos sociais.

Nessa mesma perspectiva, os demais eixos trazem possibilidades de entendimento e discussão sobre a cidadania e suas manifestações na sociedade e na prática escolar. Torna-se necessário a ampliação da leitura e o aprofundamento teórico por parte dos educadores e também a leitura de mundo para discutir a cidadania na direção apontada por esta análise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS [...] A história não é feita de indivíduos, ela é socialmente feita por nós todos e a cidadania é o máximo de uma presença crítica no mundo da história por ela narrada (FREIRE, 2001, p.129). O autor nos faz pensar na presença crítica dos sujeitos no mundo, que implicará na sua participação histórica e reflexiva. Nesse sentido, de como agir com responsabilidade individual e coletiva no mundo; participar do trabalho e da vida coletiva; comportar-se de forma solidária; acompanhar a dinamicidade das mudanças sociais; enfrentar problemas novos construindo soluções originais com agilidade e rapidez.

O que nos faz reconhecer que somos sujeitos plurais culturalmente, diante disso o conceito de cidadania assume um sentido polissêmico, que a depender do contexto que está inserido pode se traduzir de diversas maneiras. No âmbito acadêmico e pedagógico ele tem assumido diversos significados que devem ser considerados para que não se torne um "significado sem significante" como aborda (VASCONCELOS e BRITO, 2014, p.52).

No contexto da EJA, não é diferente deve ser considerado esses aspectos para que se promova, nas discussões e práticas escolares, um debate que considere tanto as especificidades dos sujeitos, quanto a polissemia do termo que não perpassa somente, por exercer os direitos políticos, mas também os cívicos e sociais. Tornando-se um conteúdo relevante e pertinente para essa modalidade de ensino por seu público alvo possuir uma interação social maior com a sociedade.

Portanto considerando o cenário brasileiro, onde ainda se encontra muitos sujeitos sem acesso à educação, como também o processo de formação inicial e continuada de professores, por vezes incipiente no que tange a EJA e a cidadania. Ao investigar um projeto pedagógico de uma escola do município de Barreiras- BA, com o olhar voltado aos conceitos que são abordados no que concerne à cidadania foi possível perceber que à medida que os contextos sociais tornam-se espaços de conflitos a reflexão sobre a cidadania se faz presente.

A ação pedagógica proposta reflete a preocupação dos sujeitos com as relações presente no espaço intra e extraescolar, partindo daí para a prática pedagógica voltada a cidadania. Tal

movimento reflexivo leva a constatação que o debate sobre a cidadania precisa ter sua gênese no chão da escola, nas práticas e contextos onde se desenvolve o processo educativo. Mas também faz entender que não se resume apenas às ações individualizadas para mudança de comportamentos sociais em vista da manutenção da ordem.

Nesse sentido as reflexões sobre as práticas desenvolvidas sugerem a necessidade de apropriação dos conceitos pelos sujeitos da educação, a fim de que suas práticas possam ser ressignificadas. Para isso, o conhecimento sobre os sujeitos que atuam nessa modalidade de ensino, assim como, a revisão dos conceitos de cidadania e, principalmente o entendimento do papel da educação no processo de formação para a cidadania em seu sentido crítico são aspectos fundantes.

REFERÊNCIAS ARROYO, **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: RJ: Vozes, 2011. ARROYO, Miguel. **A Educação de Jovens e Adultos em tempos de exclusão: alfabetização e Cidadania**. São Paulo: Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil (RAAAB), n.11, abril 2001. BRASIL.Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

Disponível em:

<http://

www.

planalto.gov.br

/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%

A7ao.htm

>

Acesso em: 07, jan., 2014. _____. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília- DF. 1997. BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Editora Campus,1999. DISKIN,Lia et. Al. Ética, valores humano e transformação. 3ª ed. São Paulo: Petrópolis, 1998. MARTINELLI, Marilu. Conversando sobre educação em valores humanos. 2ª ed. São Paulo: Petropolis, 1999. MOREIRA, A. F.B; CANDAU, V.M. **Educação escolar e cultura(s):** construindo caminhos. Revista Brasileira de Educação. N.23, 2003. CASTEL, Robert. Les métamorphoses de la question sociale; une chronique du salariat. Paris, Librairie A. Fayard, 1995. DI PIERRO, M. C. **Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Educação e Sociedade, São Paulo, v. 26, n. 92, p. 1115-1139, especial out. 2005. FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. FORQUIM, Jean-Claude. **Escola e cultura:** as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Trad. Guacira Lopes Louro. Porto Alegre, Artes Médicas, 1993. FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. Cortez, 1993. _____. **Pedagogia do Oprimido**. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, RJ, 6ª edição, 1979, p. 79. _____. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: Editora Unesp, 2001[Ana Maria Araújo Freire (org.)]. LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em**

educação: abordagens qualitativas. São Paulo, EPU, 1986. SAI BABA, Sathya. Educação em valores humanos- Manual do professor. 2ª ed. Rio de Janeiro. Centro Sathya Sai de Educação em valores humanos, 1999. SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 8ª ed. Rio de Janeiro. São Paulo: Record, 2008. SOARES, Maria Victoria Benevides. **Cidadania e Direitos Humanos.** In: CARVALHO, José Sérgio (Org.). Educação, Cidadania e Direitos Humanos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 56-65. SILVA .A. M. M. **A cidadania ativa e sua relação com a educação em direitos humanos.** RBPAE, v. 27, n.1, p. 13-24, Jan./abr. 2011. ZALUAR, Alba. **EXCLUSÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS:** dilemas teóricos e alternativas políticas. Rev.br as.Ci. Soc.vol.12n.35, São Paulo FEB. 1997.

Autoras *Professora da Educação Básica na Rede Estadual de Educação no Município de Barreiras – BA. Mestranda do Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos- MPEJA, arv.mara@bol.com.br

. **Professora da Educação Básica no Município de Ubaitaba- BA, mestranda do Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos- MPEJA, Grupo de Pesquisa em Educação, Direitos Humanos e Interculturalidade – GREDHI, tataypaixao@hotmail.com

Recebido em: 05/07/2016

Aprovado em: 05/07/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: